

## A REALIDADE DO FETICHE E A FINANCEIRIZAÇÃO

Gláucia Angélica Campregher

Este texto busca a complexificação - para o bom entendimento - de certos conceitos amplamente utilizados nos debates em torno das transformações financeiras e sua relação com a dinâmica capitalista mais global. Indo ao ponto, trata-se de pesquisar os pontos de convergência desses conceitos. Assim o fetiche do dinheiro, o ganho fictício e a corporificação do tempo são buscados em suas costuras internas como processos de transformação cuja tendência é a crescente socialização.

Nenhum destes conceitos pode ser elucidado, contudo, se não se partir da caracterização do significado do termo "fictício", tanto no que diz respeito ao capitalismo desde sua lógica primeira - a mercantil simples - aos desenvolvimentos desta a que podemos chamar mercantilização industrial e mercantilização financeira. Esta é, assim, a questão de onde partimos.

### 1. O fetichismo incompreendido do dinheiro.

Nas análises de Marx acerca do fetichismo da mercadoria na E.M.S., importante era caracterizar que o que *parecia* ser sustentado pela coisa-mercadoria, era e não era o que parecia. Ou seja, se parecia aos olhos dos homens que as coisas tinham preços por si mesmas, isto correspondia à verdade. Mas não a "toda verdade", pois que essa, para ser concreta, há de ter uma história e uma razão. A razão de ser dessa aparência (ou aparência) é que a coisificação dos processos humanos está por detrás da socialização das coisas. Ou, do mesmo modo, a transformação da força de trabalho em mercadoria, está por trás da transformação da mercadoria em signo social, que se torna particularmente visível - ainda que, dialeticamente, obscurecido - na forma dinheiro. E o que resulta deste processo é que o fictício deixa de poder ser pensado como o contrário simples - o oposto como indiferente - do real, concreto ou verdadeiro. Expliquemo-nos.

Corretos os termos acima, o fetiche que cerca a mercadoria se resume no fato desta apresentar como sua uma propriedade que não lhe pertence, ainda que seja ela - a mercadoria - que a esteja sustentando. Se entendermos propriedade como característica, determinação própria a algo ou alguém (significado este que abarca tanto o sentido físico quanto o sócio-jurídico de propriedade como apropriação) entendemos que a propriedade exige além do predicado objetivo um sujeito que a sustente. A aparência, fetichizada ou não, exige uma essência que a sustente. Fetichizado, esse sustentáculo, esse sujeito, não aparece; pelo menos não como tal. Só que o sujeito/sustentáculo "fictício" - que ocupa o lugar daquele que é lógica-historicamente o sujeito de fato - não ocupa esse papel gratuitamente e, ao fazê-lo, não deixa de gerar consequências reais. Seu caráter "fictício" *tomado enquanto oposto simples de "real"* tende, assim, a se esvanecer, se consumir, num processo dentro do qual a ficção gera efeitos e, por isso mesmo, torna-se crescentemente, ela mesma, real. Afinal, se o fictício tem uma efetividade crescente, se desencadeia ações concretas e objetivas ao seu redor, é porque a essência que o sustenta, sustenta também tais desdobramentos.

Quer nos parecer que a melhor expressão das idéias apresentadas acima se encontra é a "fábula dos cem táleres" utilizada por Marx para diferenciar sua própria leitura da relação entre "real" e "fictício" daquelas propostas por Kant e Hegel. Sobre isto Marx nos diz:

"O antigo Molloch não reinou? O Apolo de Delfos não era uma força efetivamente real na vida dos gregos? Aqui também a crítica de Kant não

procede ... Se alguém supõe (*sich vorstellt*) possuir cem *talers*, se essa representação não for para ele uma representação qualquer, subjetiva, se ele acredita nela, os cem *talers* imaginados têm para ele o mesmo valor que cem *talers* efetivamente reais. Por exemplo, ele contrairá dívidas com base (*auf*) da sua imaginação, ela terá eficácia (*wirken*) do mesmo modo (*wie*) que o conjunto da humanidade contraiu dívidas com base nos seus deuses. Pelo contrário, o exemplo de Kant poderia fortalecer o argumento ontológico. *Talers* efetivamente reais têm a mesma existência que deuses imaginados. Um *taler* real tem existência em algum lugar que não seja a representação, ainda que uma representação universal ou antes social dos homens? Introduza papel moeda em um país em que não se conhece esse uso do papel, e todos rirão da sua representação subjetiva. Venha com os seus deuses a um país em que estão em curso (*gelten*) outros deuses, e lhe provarão que você sofre de imaginações e de abstrações ...".<sup>1</sup>

A radicalidade desta passagem de Marx não é suficiente, porém, para convencer a inúmeros "marxistas" que, nos dias de hoje, vêem nos "dinheiros imaginários" provindos da especulação uma fantasmagoria sem nenhuma realidade.

Retomando, o fetiche da mercadoria (de mostrar como "da coisa" o que é "do homem"), é, no dinheiro, a ficção de mostrar que, mesmo ele sendo essencialmente social, único, mundial, pode se passar por poder de compra privado, por unidade de conta genérica mas limitada (ou a uma nação, ou a uma dada conjuntura, etc.). Ou seja, o dinheiro como "penhor social" ou mesmo como ativo de máxima liquidez é o signo da sociabilidade que organiza e produz a riqueza. A violência aquisitiva (como diz Aglietta) de caráter essencialmente privado só é possível porque o dinheiro comporta a contradição entre esses dois lados: o social e o privado.

A questão do caráter fictício quando posta frente ao fenômeno da socialização está, a nosso ver, posto no caminho correto para o desvendamento da natureza do dinheiro, do capital e da lógica da sociedade capitalista. A credibilidade pública no significado do dinheiro (seja ele somente ou ao mesmo tempo medida de valor, meio circulante, ou "dinheiro *stricto sensu*") em parte é uma credibilidade fictícia - no sentido abarcado no fetiche da mercadoria - ou de um contrato social que não aparece como tal; e em parte é fruto de um determinado grau de socialização das relações (do qual, inclusive, se tem consciência). Logo, o dinheiro ideal - estritamente formal e sem forma física determinada -, já existindo entre nós (ainda que de forma limitada) - demonstraria que a socialização real alcançou a sua própria compreensão e a credibilidade no dinheiro seria dialeticamente tão grande quanto desnecessária. Já o contrário ocorreria se a socialização real estivesse ainda mascarada, inclusive por falsos contratos socializatórios. Nesse caso a credibilidade no dinheiro seria mais um problema (e uma contradição) a ser administrada pelas forças dominantes - contrárias que são à socialização sem limites, pois favoráveis à privatização dos ganhos sociais.

De fato é o que nos acontece hoje: os acordos comerciais, as legislações que regulam os mercados (financeiros inclusive e destacadamente), as distintas formas de regulação do investimento produtivo e especulativo mundial, tudo isso são efeitos do lado visível da socialização - a mundialização dos interesses e das estruturas construídas ao seu redor. Mas uma vez que essa mundialização se sustenta numa divisão clássica (classista) de interesses, há que se dar uma "cara" para esse conjunto de acordos e desacordos. E o dinheiro seria essa "cara" em sua dimensão mais objetiva, mais "palpável", mais concreta.

<sup>1</sup> MARX, K. *Différence de la Philosophie de la nature chez Démocríte et Epicure*. Apud. FAUSTO, R. *Marx: lógica e política*. Brasiliense: 1983, p. 133.

Isto, evidentemente, não secundariza outras dimensões (menos visíveis) da socialização - como a "opinião pública", o "mercado mundial", a(s) "ideologia(s)", a "ciência" (e a fé nesta), etc. -, da qual o dinheiro não é mais do que um signo sintético. Mas expressa - isto sim - o fato de que todos estes demais signos, com toda a sua importância para a sustentação de uma "ordem mundial", não tem o valor da existência de um dinheiro mundial. E não falamos aqui de um dinheiro-ideal jamais realizável; pelo contrário, falamos de um dinheiro que existe desde a implantação do capitalismo em escala mundial, independentemente do fato de que sua sustentação como tal fosse tributária da existência de uma potência nacional portadora do mais alto grau de socialização capitalista básica<sup>2</sup>. E isto na medida mesmo em que, internamente à referida "potência mundial", o dinheiro enquanto "penhor social" havia de estar sustentado por uma credibilidade administrada por elementos sociais-materiais irredutíveis ao *marketing* político-ideológico (que a nível externo se mostravam fundamentais - junto ao poder das armas - como símbolo maior da socialização restrita e forçada).

Com isto o que queremos evidenciar é que esse *marketing* não é a pasteurização da ilusão, o lado falso e visível de um estado de coisas a ser suprimido (pelo menos da consciência). Não há nada de "fictício" (no sentido de "fantasmagórico") nessa mercantilização do contrato social básico. E isso na medida mesmo em que, ao contrário de Aglietta, não há para nós qualquer violência primitiva e privatista a ser civilizada por um dinheiro forçosamente social<sup>3</sup>.

Não há, nesse sentido, necessidade de se acreditar no dinheiro (evitando tanto a hierarquização quanto a fragmentação excessivas) como se esse fosse um mito, uma divindade a exigir sacrifícios. Isso é que corresponde - a nosso ver - recuperar o fetiche como algo em si mesmo, sem desvendá-lo portanto. Nossa intenção vai no sentido exatamente oposto: recuperar o fictício, o obscuro, não implica render homenagens ao signo ou ao que ele significa. Operar a sociedade é o que interessa.

Nesse ponto, contudo, mais uma vez assistimos a uma cisão do objeto que se espelha em dois projetos distintos de interpretação econômica. De um lado, é mérito de Aglietta recuperar para o dinheiro um conjunto de significados que foge às polêmicas mais restritas em torno "das propriedades da moeda". De outro, é mérito de todo um grupo de autores (pós-keynesianos em sua maioria) tratar o dinheiro (ou a

<sup>2</sup> Qual seja, o assalariamento com todas as suas consequências de individualização e de estabelecimento de uma razão instrumental a serviço da construção de uma ordem mundial como estrutura dirigida por uma classe.

<sup>3</sup> Aglietta, contudo, só cai nesse equívoco porque luta contra - e pretende construir uma alternativa a - uma ficção (esta sim fantasmagórica): a de que toda a teoria do valor (incluindo-se aí a teoria do valor trabalho) incorporaria a hipótese de uma socialização *a priori*, de alguma forma natural e primitiva. Ao contrário, não vemos "apriorismo" algum na sustentação do trabalho como elemento ontológico da socialização. E isso porque entendemos por "ontológico" não o que "pré-existe" (a tudo e a todos), mas o que, tão somente, é o motor material de um processo. Respeitando a própria tese de Aglietta como expressão de um antropologismo não-metafísico (quase hobessiano) na medida em que portadora de um núcleo materialista e histórico chega-se, então, à conclusão de que nos deparamos com duas teses rivais: 1) a de que a violência de uns (indivíduos, no seu significado quase-pleno, quase "burguês") contra todos é a base não-apriorista da socialização; e 2) a de que os indivíduos (em termos quase biológicos, como "o um da espécie") são obrigados a se **organizar para sobreviver** (contra a violência do ambiente externo. Enquanto a primeira tese se assenta sobre "o desejo de ser", a segunda, de Marx, se assenta sobre "o desejo de sobreviver". Para uma discussão mais acurada da dimensão ontológica do trabalho em Marx, vide CAMPREGHER, G.A. *Desdobramentos lógico-históricos da ontologia do trabalho em Marx*. Campinas: Unicamp (mimeo), 1994. Em sentido essencialmente comum - ainda que referido ao papel do trabalho em Hegel - vide ARANTES, P.E. *Hegel: a ordem do tempo*. São Paulo: Polis, 1981 (em particular, o capítulo nove e os seguintes).

moeda, como preferem se referir) apenas como elemento operador da ordem social (a qual, mesmo quando questionam ou condenam, não consideram o objeto mesmo de suas reflexões).

O interessante é que, em Keynes (como em outros grandes intérpretes da nossa sociedade, Marx ou Schumpeter, p. ex.), pensar a operação econômica "cotidiana" (formação de preços, concorrência, investimento, etc.) era pensar a ordem social, os caminhos da macroestrutura enquanto ligados à dinâmica micro, a lógica do sistema ligada aos interesses das classes, dos grupos e dos indivíduos. Não que os autores anteriormente citados se recusem a chegar neste ponto. Só que pretendem fazê-lo a partir de conceitos restritos (o de dinheiro, por exemplo), o que, de ante mão, inviabiliza a própria caminhada.

Assim é que, para Keynes, o caráter monetário da produção capitalista expressa, nada mais, nada menos, do que a essência especulativa das antecipações em dinheiro do valor futuro de riquezas produzidas e ainda por produzir (vale dizer, meramente virtuais). Enquanto dominante, tal lógica é prejudicial ao domínio real (calçadas no planejamento do, e não em meras "apostas") sobre o futuro. Ela se sustenta justamente na exploração da ignorância, seja da ignorância sobre o futuro, seja da ignorância como inconsciência pura e simples (como alienação da consciência, no vocabulário de Marx). O desvendamento de tal "lógica" e de sua transformação no tempo não se faz presente, contudo, na maior parte dos trabalhos que, formalmente referidos em Keynes, se circunscrevem a descrever o desenvolvimento da institucionalidade monetária e financeira (expressa nas políticas públicas, na atuação dos bancos centrais, na emergência de inovações financeiras, nas transformações no gerenciamento das empresas e de sua estrutura formal de propriedade, etc., etc., etc.). Pelo contrário, boa parte destes trabalhos acabam por fazer eco à leitura mais superficial de Keynes, que se alicerça sobre a pretensão de que este autor negasse a existência de qualquer "lógica" (ou racionalidade) na reprodução do sistema<sup>4</sup>. Para nós, a imbricação entre o privado e o social descrita acima no comportamento especulativo que "torna líquido para o indivíduo o que é fixo para a sociedade", mostra como o caráter social e temporal deveriam ser levados em conta para a compreensão da dinâmica desse sistema.

É o que se lê, por exemplo, no capítulo XII da *Teoria Geral*:

"Entre as máximas da finança ortodoxa, seguramente nenhuma

---

<sup>4</sup> Mesmo estando de pleno acordo com o sentido maior do trabalho da professora Leda Paulani - que é de recuperar obscuridade mesma do dinheiro e de suas funções -, não podemos deixar de discordar de sua avaliação de que o dinheiro enquanto tal seria o "ponto terminal" da reflexão deste autor na *Teoria Geral*. Admitir isto seria o mesmo que admitir que o Keynes maduro deixou de perceber a complexidade e o sentido maior do sistema, que haveria sido percebida em suas obras anteriores. É o que a autora deixa entrever quando diz: "Assim, ao invés de mostrar o papel preponderante do dinheiro a partir de sua percepção sobre a natureza da economia monetária, - nela a produção de riqueza real se dá em função da necessidade de valorização, como um fim em si mesma, - tal como sua visão parecia indicar, inverte Keynes o trajeto e tenta, na *Teoria Geral*, definir essa economia a partir da existência nela de um ativo de determinadas características. Se, nos rascunhos, Keynes põe a finalidade da produção de riqueza real no lugar correto e percebe, com isso, a importância do dinheiro e a insuficiência da teoria ortodoxa, na *Teoria Geral*, essa especificidade do capitalismo (e o que é a economia monetária de Keynes senão o capitalismo?) quase desaparece, porque aí a finalidade da produção de riqueza real não mais está colocada no ponto de partida: a existência do dinheiro enquanto tal é que toma o seu lugar." PAULANI, L.M. *Do conceito de dinheiro e do dinheiro como conceito*. São Paulo: USP (tese de doutoramento), 1991. O que explica, talvez, esta leitura de Leda é o fato de que, como a maior parte dos pós-keynesianos concentrarem-se na "existência do dinheiro enquanto tal", tem-se a impressão de ser este o ponto final da inflexão estritamente keynesiana.

é mais anti-social que o fetiche da 'liquidez', a doutrina que diz ser uma das virtudes positivas das instituições investidoras concentrar seus recursos na posse de valores 'líquidos'. Ela ignora que não existe algo como a liquidez do investimento para a comunidade como um todo. A finalidade social do investimento bem orientado deveria ser o domínio das forças obscuras do tempo e da ignorância que rodeiam o nosso futuro. O objetivo real e secreto dos investimentos mais habilmente efetuados em nossos dias é 'sair disparado na frente' como se diz coloquialmente, estimular a multidão e transferir adiante a moeda falsa ou em depreciação.<sup>5</sup>

As forças obscuras do tempo e a ignorância que rodeiam o nosso futuro são o centro de nossas considerações a seguir.

## 2. A financeirização fictícia como capitalização do tempo.

Muito se fala hoje sobre a capitalização financeiro-fictícia como forma permanente de realizar riqueza. Fala-se então da perda da dominância produtiva para a dominância especulativa. Mas em torno de máximas como "finance sets the pace of the economy" (Minsky), ou do "market makes his money" (Hicks), entre outras, pairam indeterminações que fazem da financeirização como "expressão geral das formas contemporâneas de definir, gerir e realizar riqueza no capitalismo"<sup>6</sup> a descrição de todo um conjunto de fenômenos complexos aliada à intuição de que "algo está mudando", sem que se consiga construir conceitos capazes de estabelecer novas bases para novas teorias.

De fato, isso é compreensível dada a radicalidade (em termos qualitativos e quantitativos) das transformações em curso e dada, ainda, a relativa inoperância das matrizes teóricas mais importantes. Se, entretanto, a intenção que nos move é a de determinar - e não só anunciar - a maior complexidade das relações entre moeda, crédito e patrimônio que configuram a financeirização - temos de buscar o sentido da complexificação, ou o que fundamentalmente se complexifica e leva tudo o mais ao mesmo caminho.

Já anunciamos anteriormente que tal complexificação estaria relacionada ao elemento temporal (e à ignorância que o cerca) e à contradição social/privado. Entretanto em muitos autores relevantes estes pólos configuram tão somente um "incertesonismo" e/ou um "subjativismo histriônico"<sup>7</sup>.

Não raras vezes, as "mudanças de opinião quanto ao futuro" - tão importantes a ponto de definir o emprego da força de trabalho e do capital produtivo numa dada economia - permanecem palavras vazias, que parecem remeter mais aos

<sup>5</sup> KEYNES, J.M. *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 114 (Os Economistas).

<sup>6</sup> BRAGA, J.C.S. "A financeirização da riqueza: a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais". Campinas: Unicamp (mimeo), 1991, p. 4.

<sup>7</sup> Dos quais são exemplos, tanto o "animal spirits", quanto a definição de longo prazo como o tempo "no qual estaremos todos mortos", de Keynes. Na realidade, diríamos que as tentativas bem sucedidas de diferenciar risco e incerteza ou o comportamento estritamente racional do comportamento subjetivo (além de descentralizado nas pessoas e no tempo) são, no fundo, equivalentes a diferenciar o Keynes da síntese neoclássica do Keynes heterodoxo. O problema é que esta diferenciação se prendeu de certo modo à teorização dessa incerteza e dessa subjetividade no sentido negativo, de contraposição, empreendendo, assim, o desenvolvimento afirmativo de ambos, ao invés de enfrentar a necessidade de sua crescente determinação. Além disso, a preocupação em evidenciar o caráter absolutamente instável do sistema (também em oposição à ortodoxia) ligou-se de modo muito imediato às novidades na macroestrutura financeira, e gerou tantos "apocalípticos" (segundo os quais o "caos", explodirá o sistema a qualquer momento), quanto seus contrário-ídenticos - os "integrados", para usar a terminologia de Umberto Eco -, que vêem o "caos" como algo que veio para ficar *ad eternum*.

exemplos de "concurso de beleza" (de Keynes) do que à preocupação efetiva de qualificar o que sejam e como se processam essas mudanças.

A linha central de nossa argumentação é a de que o "tempo é uma propriedade dos processos que envolvem a mudança", e é tão mais concreto para os homens quanto mais eles conhecem, e controlam, o mecanismo desta. Desse modo, o processo de trabalho, ao longo de seu desenvolvimento sócio-histórico, desembocou na cristalização do tempo preenchido pelo trabalho abstrato no capitalismo. Esta cristalização gera o valor que se mostra social no dinheiro (e privado nas mercadorias e no capital). A existência do dinheiro em sua forma plena permite a antecipação de um valor-de-troca futuro em preço presente. Os preços sinalizam assim para as decisões de investir, de produzir, e também de especular. Vejamos isso mais de perto.

O que é concretizado na mercadoria não é a abstração em si do trabalho de cada trabalhador, mas a realidade do somatório desses, ou do trabalho social, dividido e combinado, organizado pelo capital desde fora até dentro da fábrica, corporificado no tempo excedente apropriado pelo capitalista. O trabalho abstrato do indivíduo, independente do capital, não é nada, não se corporifica em nada e significa apenas, na prática, a marginalidade desse sujeito. Ao contrário, combinado à força de trabalho de tantos outros (pelo capital), o esforço individual de cada um, não é mais de cada um, não é, de fato, de ninguém (ainda); mas é desde já uma propriedade do trabalho combinado como mercadoria o fato de dar ao tempo excedente a forma de mercadoria (tanto valor-de-uso como valor-de-troca). Nas sociedades mais primitivas (mesmo quando portadoras de um nível não desprezível de mercantilização), não se podia converter o tempo excedente em coisas palpáveis, em riqueza. Na verdade, não se conseguia então produzir um tempo excedente no sentido rigoroso do termo. Isso implicava que: 1) a riqueza deveria ser produzida extenuando o tempo de vida e de trabalho do indivíduo (ou estrato social, ou nação, etc.) explorado; 2) sem tempo excedente, o tempo futuro não tem significado econômico (aliás, tem um significado quase sempre mítico ou religioso). Ou seja, a riqueza é fundamentalmente aquela já produzida, já realizada, e corresponde - via de regra - a um tesouro ou uma terra a ser (como, de certo modo o próprio trabalho) apropriada e desapropriada (no sentido de "roubada" mesmo) inúmeras vezes. E é justamente por isso que o dinheiro - que já pode existir como meio circulante e mesmo como medida do valor - não pode existir como *reserva de valor* e como *dinheiro mundial*, vale dizer, porque tais funções *implicam no desenvolvimento dos conteúdos do tempo e da socialização*.

No capitalismo é justamente sobre esses dois pontos que se dá a organização da produção e - materialistamente falando - de toda a construção social. A riqueza (o valor) é produzida justamente quando se reduz o tempo de trabalho. A própria superação da mais-valia absoluta assim o demonstra. Os desafios da concorrência, a liderança entre os capitais, o progresso tecnológico, a luta dos trabalhadores, o poder político das nações, tudo gira em torno dos menor ou maior grau de exploração do tempo de trabalho excedente; excedente social que se deve produzir nas sociedades mais desenvolvidas (capitalistas, porém geradoras de bem estar social), tempo excedente tornado riqueza para o capital e tornado ócio (ou melhor, lazer) para o trabalhador.

O valor é desde aí, desde a produção mesma, uma riqueza tão somente antecipada. Aliás, a antecipação do futuro está na explicação da origem e do destino do capital. Primeiro o capitalista adianta, senão os salários do trabalhador, os meios de produção e a matéria-prima a serem trabalhados (transformados). Os trabalhadores adiantam a sua incapacidade de apropriação, adiantam que, no futuro, vão permanecer

<sup>8</sup> ARANTES, P. E *Hegel, a ordem do tempo*. S. P.: Polis, 1981, p. 74..

<sup>9</sup> Veja-se, por exemplo, o caso dos países escandinavos - o verdadeiro "primeiro mundo" europeu - onde a legislação libera do trabalho a mulher e o homem que têm um filho por um tempo não apenas similar como absolutamente fora dos padrões típicos dos capitalismo menos desenvolvidos. Nestes, ao contrário, o tempo excedente do trabalhador acaba sendo fonte de miséria e desemprego.

dependentes, assalariados. O desenvolvimento do crédito é apenas o desenvolvimento dessa lógica de adiantar o futuro de modo concreto - o que, diga-se de passagem, não é sinônimo de "liquido" e "certo". Mas antes de encarmos os problemas da "liquidez" e da "certeza" (ou incerteza), ou antes de nos fixarmos nos desenvolvimentos mais recentes até daquela lógica, é preciso que entendamos melhor o significado do tempo futuro ao nível da esfera da produção.

Em termos de valores de uso, faz parte da lógica do sistema, a produção de coisas para as quais cria-se *a posteriori* a utilidade. Produzir necessidades é, portanto, antecipar um carência e criar o futuro<sup>10</sup>.

Se antecipado é o consumo e a utilização, antecipado também é o processo de trabalho, à medida que, como dizia Marx, só o homem planeja o que vai fazer; só o homem transforma a *transformação* - até então monopólio das forças naturais - em processo humano. De modo geral, toda a experiência provém de uma aceleração de ritmos naturais: onde se conhece a sequência, pode-se reproduzi-la e dirigi-la a partir de determinados fins. E o domínio da transformação, das mudanças de formas é, desde já, um determinado domínio do tempo.

Também em relação ao valor de troca tem-se uma antecipação. Os preços das coisas antecipam o grau de sua participação no bolo social. Ao nível da lógica (mais geral, mais macro) do sistema, os valores ligados ao tempo de trabalho dariam conta dessa divisão social dos esforços, do tempo e de seus frutos - a propriedade. Ao nível da reprodução (ou no nível "mezzo"), da divisão de classe, da distribuição dos capitais, das forças (mais ou menos) institucionais (o mercado, o Estado), os preços - sempre esperados e antecipados - cumprem, através da credibilidade no dinheiro, a função de organização da estrutura produtiva. Ao nível da administração dos negócios (a nível micro, portanto) os custos passados convivem com os juros como um custo que nada mais é do que antecipação de rentabilidade futura. Do lado do tomador, há a antecipação de um capital que este não possuía mas antecipa possuir (dispor) ao final do processo produtivo; ao lado do emprestado este antecipa uma liquidez a um custo que corresponde à antecipação de rentabilidades alternativas ao próprio negócio do empréstimo.

Para além da esfera especificamente produtiva, cabe analisar o papel da transformação do elemento temporal em riqueza para o desenvolvimento (e autonomização) do dinheiro e do crédito como esferas de sustentação e expansão da riqueza. O que há que se resgatar aqui é que o tempo capitalista cada vez menos pode ser identificado a um tempo concreto, preenchido por um trabalho abstrato (social e homogêneo), mas se torna um tempo ele mesmo abstrato, cada vez mais *socializado* e *homogeneizado*.

Tanto o caráter fictício como o especulativo da riqueza "moderna" - fruto da chamada "financeirização" - se resolve no sentido de explicitar sua realidade ao se resolver a questão da concretização do tempo abstrato fora dos limites da fábrica. É justamente nesse sentido que, do nosso ponto de vista, apontam os textos de José Carlos Braga sobre a financeirização, particularmente na medida em que a esta se associam a flexibilidade e a mobilidade *no tempo* das formas de cristalização da riqueza através da atuação das empresas na macroestrutura financeira. Assim é que afirma Braga:

"Portanto, é o próprio âmago das corporações capitalistas e suas estratégias na macroestrutura financeira que nos remetem a identificar uma nova dinâmica, a analisar a enorme flexibilização do tempo de rentabilização dos

<sup>10</sup> Tal desenvolvimento é tamanho que hoje criamos aparelhos em todas as áreas para os quais ainda não dispomos de conhecimentos para usá-los plenamente. A medicina é modelar deste processo, mas a pesquisa científica nas áreas de física e astronomia estão no limite do mesmo, ao criarem um material instrumental que promete nos habilitar a recriar, no futuro, o passado do universo inteiro.

investimentos, das relações débito/crédito e ainda das relações ativo/passivo. Nunca foi tão grande a mobilidade entre as diversas formas de cristalização da riqueza capitalista *na busca de maior e mais rápida rentabilidade, dada pela possibilidade de conversão das diversas temporalidades dos ativos em rentabilidade em uma estrutura temporal de valorização sempre atualizada com os sucessivos impulsos de revisões das decisões passadas*. Esta capacidade de rapidamente rever a estrutura temporal de valorização dos ativos, aparentemente a um custo cada vez menor, aliada à extensão do mercado financeiro à escala global, possibilita o máximo aproveitamento do tempo capitalista de valorização.<sup>11</sup>

O tempo capitalista sempre foi um tempo de valorização, o qual caberia ocupar da forma mais lucrativa. Até aqui, entretanto, tratava-se - na impossibilidade relativa de ocupar todo o tempo presente (não há como elevar o trabalho excedente ao total do tempo trabalhado sem com isso minar a própria base da mais-valia) -, de tentar ocupar com taxas de juros e preços corrigidos por estas o tempo futuro.

Os preços presentes (ou os preços de demanda, como em Keynes), inclusive dos títulos e do próprio dinheiro, incorporavam, então, a expectativa de rentabilidade futura através da flutuação das taxas respectivas à cada ativo. É bem verdade que já se manifestava aqui uma certa complexidade no fato de que o investimento presente devesse se confrontar não apenas com as incertezas próprias à demanda efetiva (em particular no longo prazo), mas com um certo tipo de incerteza contra a qual apostas eram realizadas e negociadas num mercado a parte e num ritmo alucinante. A incerteza própria à demanda efetiva está ligada ao questionamento de se os lucros irão se realizar no montante previsto ou não. A incerteza própria à especulação está ligada não ao volume dos lucros, mas à sua maior rapidez. Logo, a questão do "sair disparado na frente" é aqui o mais importante. Afinal, o lucro obtido no curtíssimo prazo provém da aposta que se faz nas reações do público (sempre revistas) e difere daquele que se embasa em autênticos esforços de previsão de longo prazo. Como diria Keynes, trata-se de um "jogo" ou de uma "brincadeira" (só que de mau gosto, na perspectiva do conjunto da sociedade), e não da tentativa de, de fato, preencher o futuro tanto com o conteúdo sólido de investimentos e mercadorias, como com a inteligência (necessária) para derrotar as forças do tempo e da nossa ignorância sobre o futuro.<sup>12</sup> Jogo este que chama a si (e isto já preocupava o próprio Keynes) um número sempre crescente de "investidores".

O que nos interessa em resumo é que, sejam autênticas ou não as apostas de curto prazo feitas pelos especuladores, o fato é que elas primam pela homogeneidade das opiniões e pela cristalização destas numa taxa ou em um preço qualquer<sup>13</sup>. Além disso, a possibilidade de constante reavaliação das apostas faz com que esse futuro imediato seja efetivamente mais conhecido que o outro. Quanto maior, por sinal, a associação e institucionalização (seja ela de que padrão for: alemã, japonesa ou americana, p. ex.) dos participantes, mesmo quando aponta para o insucesso e para as crises, a tendência, cada vez mais confirmada na prática, é a intervenção governamental no sentido de se preservarem as condições para a continuidade do jogo.

O resgate das estruturas institucionais enquanto definidoras dos "parâmetros" dentre os quais se estabelece o jogo especulativo coloca, entretanto, a questão da relação entre a estrutura temporal de valorização que *pode* ser alterada a partir da correção das decisões passadas e aquela que, via de regra, *não pode sê-lo*, pelo menos não sem causar prejuízos e disfunções ao próprio sistema. De fato, as decisões de investimento (e mesmo as de produção) pareceram até aqui mais

<sup>11</sup> BRAGA, J.C. Op. cit., p. 17 - os grifos em itálico são meus.

<sup>12</sup> KEYNES, J. M. Op. cit., p. 115.

<sup>13</sup> "Na verdade seria insensato pagar 25 por um investimento cuja rentabilidade esperada, supõe-se, justifica um valor de 30 se, por outro lado, se acredita que o mercado o avaliará em 20, três meses depois." Idem, p. 114.



inflexíveis que as decisões de aplicação especificamente financeiras. Entretanto, cada vez mais se flexibilizam os processos produtivos, e cada vez mais se confundem no interior das próprias empresas seus braços produtivo e especulativo-financeiro. Mais importante do que isto, contudo, é o fato de que a esfera financeira consegue, crescentemente, dar forma "real" ao ganho "fictício", corporificando o tempo em si mesmo e borrando as diferenças estruturais entre produção e especulação.

A primeira "impressão" que se tem dessa incorporação do ganho fictício é a da própria existência do capital a juros e do dinheiro de crédito (se alimentando mutuamente). Tal impressão fixa-se então na idéia de que a mera posse de dinheiro pode gerar mais dinheiro, ou de que seja uma propriedade do dinheiro crescer e se multiplicar. O que recebe prontamente a crítica daqueles que negam concreção a esta fantasmagoria, insistindo em que a realidade continua a mesma (ela é sempre a mesma para estes críticos!) e só o trabalho e o Moloch-maquinaría são capazes de criar riqueza<sup>14</sup>. Ocorre, porém, que a realidade muda e, de forma sempre crescente, torna-se de fato *uma propriedade do dinheiro essa multiplicação a partir do nada*. Só que ela não tem nada de fantasmagórica, e se resolve no interior de um processo de antecipação de um futuro ainda por vir. Só o dinheiro como reserva de valor significa tanto o "salto" para o futuro de um valor presente como o "relampejar" no presente de um valor futuro. O ativo cujo prêmio de liquidez é maior que seu custo de manutenção é aquele cuja *presentificação* pode ser por isso regulada, ele pode aparecer e desaparecer dada a relação que mantém com os demais ativos através de um complexo confronto entre suas respectivas taxas de juros. Entretanto, ele cumpre melhor essa função intrinsecamente instável, se puder combiná-la a uma outra, contrária mesmo a essa primeira - a de garantir o mínimo de estabilidade para os preços e os salários. Ou seja, o dinheiro ideal deve estar *presente* de dois modos na economia. No primeiro, como antecipação em torno da qual giram um número mínimo de apostas contra o futuro, de tal modo que salários e preços mantendo-se estáveis sejam compatíveis com as decisões de "difícil revisão" que afetam a base do sistema (o próprio esquema da demanda efetiva). No segundo, de forma absolutamente contrária, o dinheiro deve estar presente como matéria-prima da especulação. Isso implica que o dinheiro não tem de estar presente apenas (ou mesmo particularmente) "em quantidade suficiente", mas que a "qualidade" do dinheiro presente também importa (o que se expressa na efetiva e eficaz convertibilidade das diversas moedas no ativo que cumpre a função-dinheiro por excelência).

Quanto mais próximo o futuro, quanto mais fácil e de baixo custo ir e vir na linha do tempo, maior a demanda por liquidez, e maior o questionamento em torno de qual a moeda ou ativo que terá a credibilidade geral para servir como dinheiro<sup>15</sup>. A especulação contra o futuro distante da riqueza nova (ou ainda nem criada) dá lugar a uma especulação maior, cujo fôlego é sustentado (ou não) pela

<sup>14</sup> É bom esclarecermos de uma vez que, se para nós riqueza não se confunde (como já ocorreu no passado) com a forma física dos tesouros, das terras, etc., tampouco podemos continuar vendo a riqueza como valor-trabalho (ainda um conteúdo concreto para ela). Mesmo Marx nos *Grundrisse*, já colocava a riqueza como sendo tempo. O tempo livre, dos cidadãos de uma dada sociedade é um tempo onde o futuro é conhecido. Por isso não se teme pela sobrevivência do indivíduo ou da sociedade.

<sup>15</sup> Em sua essência, a teoria financeira das crises em Minsky se assenta justamente no resgate desse processo. Para este autor, na medida em que se encurtam os prazos de pagamento das dívidas, aumenta a necessidade de liquidez que, ou é sustentada pelas autoridades monetárias (que livram as empresas da má moeda, indesejada por que carente de liquidez), ou se processa no mercado através da venda massiva de títulos e ativos (cuja consequência é a depressão do valor destes, que se faz acompanhar, de uma queda do investimento produtivo e da emergência da crise). Na realidade, o que se processa é uma demanda por liquidez, cuja expressão é o processo no qual a liquidez efetiva dos diversos ativos é testada e, via de regra, negada.

riqueza presente, pela liquidação de ativos representativos de patrimônio e dívidas<sup>16</sup>. O que num dado momento barra a expansão da liquidez é o temor de continuar apostando, tanto quanto o que barra o investimento produtivo é o temor de continuar investindo.

Ora, o medo é a atitude mais razoável frente ao desconhecido - o futuro, no caso. Mas porque ele aparece num dado momento e não em outro sendo que o futuro é desconhecido o tempo todo? A verdade é que ele aparece sempre; só que no início do ciclo - por assim dizer - ele impõe um preço que os agentes econômicos identificam como "pagável". A expectativa do banqueiro (e do tomador de empréstimos) é de que os riscos não são tão grandes frente a rentabilidade prometida dos investimentos. Há aí uma troca de prazos: a lucratividade dos bancos vem primeiro, correspondendo ao juro cobrado ao empresário antes mesmo da realização de seus lucros. E o empresário - que não tem *a priori* a disponibilidade financeira (o dinheiro) para honrar seus compromissos no prazo acertado - precisa apostar sobre o futuro a partir de um jogo de prazos cujo "controle" é meramente expectacional. Da mesma forma, o banqueiro não necessita apenas da sanção atual do banco central para a sua criação de crédito: ele precisa confiar na (eventualmente necessária) recorrência dessa sanção para não temer oferecê-lo. Ambos precisam confiar tanto um no outro como na própria eficácia e "azeitamento" do sistema; o que passa por toda uma articulação dos agentes envolvidos na lógica especulativo-valorativa voltada para a definição de um "piso" e um "teto" para o volume e a qualidade das apostas e assentada sobre um certo padrão organizatório das instituições de representação social e política em geral. Com tudo isso, o medo do futuro (*por definição* incerto) é menor *justamente porque ele já está, de certo modo, definido na forma de um "acordo"*. Tal acordo é selado num dinheiro único (mesmo que este "único" se expresse em uma "única" combinação de diversas moedas, cuja articulação interna se crê estável), reconhecido como tal pelo conjunto da sociedade.

Evidentemente, esse é o quadro ideal de articulação sistêmica; mas embora ele não seja o único quadro possível e nem sequer um quadro que, uma vez alcançado, se mostre capaz de garantir a sua sustentação mesmo a curto prazo (como a emergência das crises o demonstra), ele extrai sua importância do fato de ser - na nossa opinião - um quadro *cujas determinações internas se reforçam crescente e tendencialmente ao longo do contraditório processo de desenvolvimento capitalista*. E isto tanto através do desenvolvimento e sofisticação das formas e canais de intervenção/regulação estatal, quanto do desenvolvimento das imbricações e sobreposições do capital produtivo e do capital bancário a nível nacional e internacional. E o fato de que o limite extremo dessa imbricação de interesses se defina na intersecção entre mercado e Estado - que, de certo modo, resolve um sem número de contradições sistêmicas, ao mesmo tempo que cria outras para cuja solução ter-se-ia de aprofundar ainda mais o entrelaçamento de interesses e esferas que lhe deu origem - não é um problema *somente* teórico, mas um problema que, nos parece, está posto na realidade, solicitando compreensão e intervenção.

É nesse sentido que acreditamos - ainda com Braga - que a financeirização não se reduz a uma mera estratégia econômica desta ou daquela empresa: ela é uma mudança profunda na natureza organizacional das empresas, dos bancos, dos mercados e dos Estados nacionais. A verdade é que - guardadas as devidas diferenças dinâmicas entre os diversos espaços nacionais/regionais - assiste-se nesse final de século a uma nova rodada de articulação entre bancos e indústria que aponta claramente para mais do que um mero aprofundamento (quantitativo) do padrão monopolista-financeiro articulado na transição do século XIX para o nosso.

<sup>16</sup> É importante deixar claro aqui, contudo, que este movimento de averiguação da liquidez efetiva (do caráter de "dinheiro") dos diversos ativos desencadeadora da crise pode - e, de fato, o é crescentemente - ser adiada; a depender de qual o grau de interrelação entre os sistemas (e os ganhos) produtivo e financeiro. Ver a este respeito BRAGA, J.C. Op. cit. pp. 15 e 16.

Essa articulação não se confunde mais com a articulação embrionária do tipo alemão, ou de coordenação cruzada consolidada no Japão do pós-segunda guerra. Na verdade, trata-se de uma articulação que toma a aparência de *desarticulação*; e isto justamente porque ela não se formaliza em estruturas patrimoniais e gerenciais tão definidas e (de)limitadas quanto as velhas *holdings*. Na realidade, parece que todas as unidades econômicas tradicionais perdem a rigidez primitiva, que permitia classificá-las e diferenciar suas funções de forma tão clara. As *holdings* "perdem" o controle sobre suas afiliadas, que começam a concorrer entre si; os bancos "perdem" o monopólio do crédito e o controle absoluto das funções financeiras do sistema; as empresas transnacionais (e monopolistas em geral) "perdem" o controle de inúmeros processos produtivos, que são rapidamente "terceirizados" em um movimento de integração vertical às avessas; os países centrais "perdem" o monopólio (e qualquer controle virtual) das aplicações financeiras dos grandes grupos econômicos que operam e especulam com a liquidez internacional. Para os que lêem a realidade a partir de sua aparência (empírica) este conjunto de movimentos deve ser a prova de que o sistema se rearticula em termos concorrenciais superando desigualdades entre os diversos capitais e os diversos Estados nacionais. Aqueles que se recusam a esta leitura, têm de admitir, então, que a descentralização-desconcentração *formal* das funções e do poder econômicos deve estar significando, isto sim, uma alteração no padrão de articulação (e controle) do sistema econômico como um todo, e do processo de produção, distribuição e apropriação do excedente social.

Mas se isto é verdade, é preciso se tomar cuidado para não se cair no erro oposto daqueles que se recusam a ver as transformações, que se processam na atualidade e afirmar, a partir daí, que é toda a estrutura capitalista tal como a conhecemos até aqui que está em xeque. As transformações em curso são profundas, mas não são ilógicas no sentido capitalista, elas não se processam *contra* a lógica de desenvolvimento do próprio capital, mas a seu favor e dentro dos estreitos escaninhos de possibilidades aberta por esta. Mais do que isto, o processo que está objetivamente em curso *ainda se mostra limitado nos próprios termos desta lógica*. Assim é que estamos longe ainda de um "terceira revolução industrial"; o confronto especulação X produção não levou (nem dá mostras de levar em breve) a nenhuma eutanásia do rentismo mas, pelo contrário, parece aprofundar o domínio da lógica especulativa; e a instabilidade estrutural do sistema - função de seu caráter anárquico - apenas cresce em espaço e intensidade.

Nem continuidade simples, nem ruptura simples, vive-se uma superação qualitativa (ainda que limitada) de um determinado padrão de reprodução capitalista. A expressão teórica que se pode dar a este processo no atual estágio das transformações é, sem dúvida, ainda limitada. Mas ela já nos permite afirmar que a instabilidade estrutural do sistema persiste, mas persiste transformada. E a novidade maior do "novo padrão de instabilidade" parece ser o fato de que as "crises de liquidação" (seguidas de forte depressão) vão sendo substituídas pela constante "ameaça de crise", pelas recessões prolongadas (ainda que entrecortadas), pelo descontrole das dívidas públicas e do nível de preços. Enfrentar este quadro vem se mostrando impossível enquanto as "recuperações" continuarem a ser tramadas nos estreitos espaços nacionais, e o controle das finanças continuar a ser articulado pelos cada vez mais inoperantes "Bancos Centrais" (também nacionais). Enfrentar este quadro é a questão que se põe hoje com a máxima clareza, e que só o faz porque traz em si, em germe, as condições de sua resolução.